

Apresentação do Dossiê Arquivos: Poder, Ética e Compromisso Social

Shirley Carvalhêdo Franco
Cynthia Roncaglio
Concepción Mendo Carmona

Os arquivos são mais do que simples repositórios de documentos. São instrumentos poderosos para a construção da memória coletiva e na definição de identidades. Tal influência traz consigo questões importantes sobre poder, ética e compromisso social que não podem ser ignoradas. Ao decidir o que deve ser lembrado e o que é esquecido, influencia-se a forma como a história é contada e quem tem voz na narrativa histórica. Arquivistas, portanto, têm uma responsabilidade enorme ao tomar decisões que podem perpetuar ou desafiar estruturas de poder estabelecidas. A inclusão ou exclusão de determinados documentos pode reforçar desigualdades sociais ou, ao contrário, dar visibilidade a grupos marginalizados.

A ética arquivística é fundamental para garantir que os arquivos cumpram sua função social de maneira justa e responsável. Arquivistas devem aderir a princípios de transparência, imparcialidade e justiça ao gerenciar documentos. Isso envolve não apenas a preservação fiel dos registros, mas também a proteção da privacidade e dos direitos dos indivíduos cujas vidas estão documentadas. A ética também exige que arquivistas reconheçam e enfrentem os preconceitos e as desigualdades que podem existir em suas próprias práticas.

Por compreender que os arquivos têm o potencial de ser agentes de mudança social, fornecendo as ferramentas necessárias para a responsabilização e a conscientização pública é que organizamos esse dossiê, onde se apresentam pesquisas instigantes e críticas baseadas em diferentes perspectivas e ideias de autoras e autores da Guiné-Bissau, África do Sul, Portugal, Espanha e Brasil, que examinam, sob múltiplas vertentes, a função dos arquivos na promoção da inclusão social, equidade e justiça.

Assim, em “Um passo de cada vez: em direção à memória inclusiva, dando voz aos atletas silenciados,” os professores sul-africanos da Universidade da África do Sul (UNISA), Mpho Ngoepe e Joseph Matshotshwane propõem uma transformação nos arquivos do país para dar voz aos seus atletas vencedores, porém silenciados. Com base em um estudo qualitativo, análise documental, revisão de literatura, experiências pessoais, visitas ao Museu da Comrades House e na legislação arquivística sul-africana, que permite coletar documentos privados de valor público para preencher lacunas da era colonial, os autores apresentam o projeto “levando os arquivos ao povo” (2014-2024). O projeto propõe a criação de repositórios sobre eventos esportistas. A coleção e a digitalização de fotografias e de outros serão incluídas no repositório arquivístico nacional via AtoM, acessíveis sob a licença Creative Commons. O resultado, a exemplo do que ocorreu com o acervo do evento Maratona Comrades (1921-

1994), demonstra que a incorporação dos documentos esportivos, que revelam as memórias de vencedores e suas vozes silenciadas, acarretará uma transformação no sistema nacional de arquivos daquele país.

“Em busca de equidade e justiça social no acesso à informação: A liberdade de informação é ‘gratuita’ na África do Sul?”, os sul-africanos Mpho Ngoepe e Makutla Mojapelo, professores da Universidade da África do Sul (UNISA), asseveram que, embora a Lei de Acesso à Informação (LAI) seja um direito humano constitucionalmente garantido na África do Sul, as evidências mostram que exercer esse direito requer um esforço considerável de cidadãos comuns. Isto se deve ao fato de que obter informações envolve custos com taxas de solicitações e acesso, além de despesas com apelações e litígios. Utilizando uma abordagem qualitativa, com entrevistas a especialistas pela técnica Delphi e análise de documentos, os autores demonstram que o custo de acesso à informação pública é exorbitante, especialmente para grupos marginalizados cujos direitos são diariamente violados. Ngoepe e Mojapelo concluem que como o cidadão comum não tem acesso à informação é excluído da participação na tomada de decisões de órgãos públicos, ao contrário do esperado em um estado democrático. Os autores indicam, na conclusão, a necessidade de o governo sul-africano implementar medidas para regular as taxas da LAI, a fim de garantir à população sul-africana o acesso igualitário à informação e tornar a liberdade de informação verdadeiramente “livre”.

Em outro artigo, sob o prisma político e institucional, os professores Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto, e Maria Beatriz Marques, da Universidade de Coimbra, Portugal; Cynthia Roncaglio e Shirley Carvalhêdo Franco, da Universidade de Brasília (UnB); Marcelo Nogueira de Siqueira, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Brasil; juntamente com Iaguba Djalo, então investigador e coordenador da Biblioteca Pública Nacional e Arquivo Histórico no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau, apresentam o artigo “Arquivo Nacional da Guiné-Bissau: ações e estratégias de cooperação internacional para a sua criação”, cujo objetivo é expor as dificuldades e os êxitos realizados por organismos públicos e universidades desses países para criar o Arquivo Nacional, no âmbito do Projeto para a Preservação e Conservação do Patrimônio Documental Histórico de Guiné-Bissau, com apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Fundo para a Consolidação da Paz em Guiné-Bissau. Apesar dos desafios enfrentados pelo Arquivo Nacional, devido à falta de recursos humanos e materiais, a colaboração realizada contribuiu para sensibilizar as autoridades e para a capacitação de profissionais qualificados, evidenciando a importância da troca de conhecimentos e experiências para os arquivos e a Arquivologia em escala global.

Em contrapartida, mirando nas redes sociais, o “Net-ativismo, memória e arquivos: o patrimônio digital como ferramenta para a justiça social”, as autoras Maria Thereza Sotomayor,

arquivista na Universidade Federal Fluminense (UFF), e Vera Lúcia Dodebei, professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), apresentam uma reflexão pertinente e engajada sobre o ativismo social. Elas realizam essa análise teórica e empírica, a partir das páginas da ONG “SP Invisível” no Instagram, que visa dar visibilidade às pessoas em situação de rua. Utilizando conceitos como biopoder e cidadania patrimonial, e adotando a netnografia como metodologia, as autoras propõem uma nova abordagem para compreender a memória, os arquivos e o patrimônio, os quais são compreendidos não apenas como reflexos das relações de poder historicamente estabelecidas por grupos dominantes nos espaços sociais, mas como potenciais instrumentos tanto de silenciamento quanto de insurgência para as pessoas invisibilizadas. Um dos resultados dessa análise teórico-empírica é constatar que os arquivos podem contribuir para as mudanças e justiça social, por meio do arquivamento digital de memórias negligenciadas e marginalizadas pelo Estado e pela sociedade.

Sob a perspectiva de quem decide sobre o que guardar, no artigo “A justiça social nos arquivos da web: considerações para (re)pensar a avaliação documental”, Jonas Ferrigolo Melo, doutorando na Universidade do Porto, e Moisés Rockembach, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, debatem as interseções entre arquivos, avaliação documental e justiça social. Parte-se da premissa de que o conteúdo da web pode ser considerado patrimônio cultural virtual ou recurso de informação para a pesquisa. O estudo utiliza um levantamento bibliográfico sobre o papel dos arquivistas e da avaliação documental na construção de arquivos da web que promovam a justiça social, além de analisar dez iniciativas internacionais de arquivamento da web. Os autores reconhecem a necessidade de repensar os processos de avaliação do conteúdo web, levando em conta os contextos culturais diversos e as desigualdades sistêmicas que podem resultar na perda permanente de documentos. Argumentam que o arquivamento da web deve considerar as dimensões culturais que influenciam as decisões sobre preservação. O estudo oferece insights sobre avaliação no arquivamento da web, servindo como ponto de partida para pesquisas futuras e reforça a importância do arquivamento da web como ferramenta essencial para documentar as vozes e experiências de diversas comunidades e promover um acesso mais democrático ao conhecimento e à história desses grupos.

Em “Cidadanias de ‘Papel’: poder, política e responsabilização social Arquivística”, Flávio Leal da Silva, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), discute a invisibilidade social dos documentos e arquivos. Segundo o autor, essa invisibilidade é um dos principais desafios na formação de arquivistas tecnicamente competentes, socialmente engajados e politicamente cientes de seu papel nas dinâmicas de poder decorrentes da gestão documental. Apoiando-se em fundamentos teóricos da Arquivologia e na interdisciplinaridade de campos como Antropologia, Direito, Ciências Sociais, Memória Social, Administração, Psicologia e Educação, o estudo destaca a participação dos alunos em seu projeto. Silva

afirma que o entendimento dos estudantes sobre os fenômenos sociais, como resultantes de atores institucionais e interesses variados, não só aumenta a consciência sobre seu impacto social como também os motiva a buscar uma formação robusta e politicamente engajada.

Em “Arquivo Lima Barreto, uma memória para o mundo: legado cultural e a preservação de uma memória subterrânea”, Carlos Henrique Juvêncio, professor da Universidade Federal Fluminense, investiga o arquivo pessoal do escritor e jornalista Lima Barreto (1881-1922), nomeado como Coleção Lima Barreto pela Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional e elevado, em 2017, à categoria de “Memória do Mundo” pela Unesco. O literato – homem negro, pobre e alcoolista –, que concorreu três vezes sem êxito à uma cadeira na Academia Brasileira de Letras finalmente tornou-se “imortal”. Baseando-se na noção de memória subterrânea de Michael Pollak, Juvêncio argumenta que a Coleção Lima Barreto, além de representar o escritor, é um elemento social crucial por eternizar a memória de uma pessoa negra, descendente de escravizados, que sofreu com o preconceito de classe, cor e vulnerabilidade social. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, com foco em teorias sobre arquivos pessoais e memória, além de uma análise do Programa Memória do Mundo da Unesco. Juvêncio conclui que é essencial trazer à tona as memórias de diversos grupos sociais que, embora compõem a sociedade, estão ausentes nas instituições de memória.

Lançando seu olhar sobre o ensino de Arquivologia no Brasil, Francisco Cougo Júnior, professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul, em “O ensino de Arquivos, Arquivologia e Direitos Humanos no Brasil”, questiona: Por que incluir direitos humanos em cursos de Arquivologia? Como esses cursos abordam essa temática? Quais são os desafios e perspectivas para esse ensino?. Adotando como metodologia a análise de produção bibliográfica e documentação institucional vigente, Cougo acessou informações dos portais do Ministério da Educação (MEC) e de dezesseis instituições federais de ensino superior, além de um centro universitário privado a distância, que oferecem cursos de Arquivologia. O autor defende a importância deste debate no campo da Arquivologia e na educação em direitos humanos e sugere duas abordagens para incorporar direitos humanos nos currículos: uma transversal, integrando essas temáticas em toda a grade curricular em conexão direta com outros conteúdos, e outra concentrada, que trate da relação entre arquivos e direitos humanos em disciplinas específicas.

Ainda sob o ponto de vista do Ensino no Brasil, na pesquisa sobre o “Ensino da Acessibilidade nos cursos de Arquivologia no Brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares”, Thayron Rodrigues Rangel, Doutor em Ciência da Informação, e Lúcia Maria Velloso de Oliveira, professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), investigam em que medida os arquivistas recebem formação no Brasil voltada para entender, atender e disponibilizar os acervos arquivísticos públicos às pessoas com deficiências, e a outros grupos marginalizados socialmente. Baseados na

análise de fontes bibliográficas sobre o tema, buscam identificar em documentos normativos relacionados à área, quais são as funções e os elementos formativos que compõem o perfil do profissional arquivista. Rangel e Oliveira concluem, entre outros aspectos, que a limitada incidência dos temas dessa pesquisa nas agendas educacionais e de formação brasileiras parecem refletir a lógica excludente que ainda predomina na sociedade brasileira contemporânea.

Já sob uma ótica diacrônica, o artigo “Documentos e dominação social: alguns antecedentes históricos”, Alejandro Delgado Gómez, chefe de Gestão Documental e Arquivo na Diputación Provincial de Albacete, na Espanha, apresenta um interessante e reflexivo trabalho sobre a relação existente entre os documentos e a dominação social nas sociedades ocidentais ao longo da história. Acompanhado de importantes filósofos contemporâneos e apoiado em exemplos significativos, o autor analisa a transição de um sistema de dominação baseado no controle sobre a forma como são produzidos e custodiados os documentos necessários ao exercício do poder, para uma mudança de tática, na qual se libera massivamente a informação. Ambas as estratégias são utilizadas como mecanismos aplicados pelos sistemas de dominação para obter sociedades disciplinadas. Se para Weber a burocracia é o instrumento utilizado pela administração para exercer uma “dominação legal”, para Michel Foucault o documento é o instrumento dos sistemas de dominação para submeter os administrados. Na contemporaneidade, a dimensão social do arquivo e a disponibilização da informação escondem a forma atual de domínio.

Por fim, em “Os princípios de acesso à informação nas leis de transparência da América Latina: uma fonte de valores para a responsabilidade social dos arquivos”, José Luis Bonal Zazo, docente titular da Faculdade de Ciências da Documentação e Comunicação da Universidade de Extremadura, parte de duas considerações estreitamente relacionadas: o direito de acesso à informação pública está assegurado pela obrigação das instituições públicas de serem transparentes; e os princípios de acesso à informação contidos nas leis são fundamentais para os arquivistas ou gestores de documentos, que devem cumprir as obrigações estabelecidas pelas leis. A partir dessas premissas, o autor analisa os princípios de acesso à informação e transparência presentes em dezenove leis de arquivos da área da América Latina para avaliar sua incidência nos arquivos. A metodologia aplicada combina técnicas de análise de conteúdo e de análise comparativa. O autor conclui que os princípios estabelecidos, corretamente definidos em seu alcance e limites, contribuirão para melhorar a atividade dos profissionais dos arquivos e fortalecer a responsabilidade social.

Considerando que o compromisso social dos arquivos é a dimensão que conecta seu poder e sua ética à prática de promover o bem comum, os artigos desse dossiê deixam claro que os arquivos devem contemplar a diversidade identitária da sociedade, garantir o

acesso igualitário à informação e apoiar as causas de justiça social. Isso inclui iniciativas diversas, abordadas exemplarmente aqui, que podem fazer a diferença na construção de políticas e práticas arquivísticas mais inclusivas e socialmente mais justas.

Aproveitem a leitura!